

ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.

Termo de Referência 129/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
129/2026	121101-ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV. EDUC.	REGIANE CARVALHO DE BARROS	02/04/2026 17:45 (v 0.5)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		SC nº 070192

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Vidraçaria nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Serviço de Vidraçaria	
Item	Especificação
01	<p>Prestação de serviços de vidraçaria, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Substituição de dois perfis de ferro danificados;• Fornecimento e instalação de vidro com recortes, em substituição ao que está danificado.• Instalação e soldagem da estrutura da esquadria no local.○ Medidas esquadria completa: aproximadamente 1,60 x 1,15m.○ Medidas do vidro: 0,9 x 0,5m.

1.2. No serviço contratado deve estar englobado todos os custos inerentes ao serviço e todos os insumos pertinentes, inclusive os materiais, ferramentas e equipamentos necessários, incluindo os EPIs utilizados pelo aplicador.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, em virtude padrões de desempenho e qualidade poderem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, XIII.

1.4. O serviço é enquadrado como não continuado, visto que o serviço deverá ser executado por escopo, conforme Art. 6º, XVII.

1.6. Algumas imagens do local:



2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

2.3. Justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vidraçaria no posto da Torre do Sumaré da FPA, contemplando a instalação de vidro em esquadria de ferro, bem como a execução de serviços de soldagem da estrutura no local.

O serviço refere-se à bandeira de vidro da sala localizada no nível zero da Torre do Sumaré (térreo). Para a adequada instalação, será necessária a substituição de dois perfis de ferro danificados, além da realização de recortes no novo vidro, a fim de garantir o encaixe e acabamento no local.

Destaca-se que a referida sala abriga equipamentos, sendo necessário que permaneça devidamente fechada para assegurar o correto funcionamento do sistema de ar-condicionado, bem como a proteção dos equipamentos instalados, tornando-se, portanto, de suma importância a reinstalação do vidro no local.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A realização do serviço visa a substituição de dois perfis de ferro danificados, bem como a instalação de um novo vidro no esquadro com alguns recortes para tubulação e posteriormente a soldagem da estrutura no local, conforme detalhado no item 01 deste termo, localizado na sala do nível zero do posto da Torre do Sumaré da Fundação Padre Anchieta.

O serviço é necessário, pois a referida sala abriga equipamentos, sendo necessário que permaneça devidamente fechada para assegurar o correto funcionamento do sistema de ar-condicionado, bem como a proteção dos equipamentos instalados.

3.2. Para atender adequadamente as demandas da FPA, o serviço deverá ser realizado adequadamente, com garantia de serviços prestados, de acordo com as especificações contidas no item 1 deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1 A contratação e realização dos serviços deverão observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a empresa vencedora deverá atender os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis como critérios e praticas de sustentabilidade socioambiental.

4.1.2. Não há exclusão de empresas, mas no presente fechamento da contratação será admitida aquelas que atendam as característica(s) do serviço e trabalhe com o ramo de serviços de acordo com as informações e especificações contidas na tabela do item 1 deste termo.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. O prazo para realização dos serviços é de 05 dias uteis, contados da emissão da autorização de realização dos serviços.

5.2. Caso não seja possível a realização do serviço na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalva das situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O Serviço será realizado no seguinte endereço:

5.3.1. Os serviços deverão ser executados no posto da Torre do Sumaré, localizado na Av. Doutor Arnaldo, 1761 – Sumaré – SãoPaulo/SP, nos dias e horários à serem combinados com a empresa contratada.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A presente contratação dispensará o uso de contrato para formalização do serviço, devendo prevalecer todas as especificações do Termo de Referência.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Realização do Serviço

7.1. O serviço deverá ser realizado em conformidade com a autorização de realização e critérios constantes no Termo de Referência.

7.2. No dia da realização do serviço, o mesmo será acompanhado por um colaborador da Fundação Padre Anchieta

7.3. A nota fiscal deverá ser entregue no dia da realização do serviço. Caso o serviço não seja aprovado e/ou dê algum problema/contratempo, o recebimento da nota não poderá ser realizado.

Prazo de pagamento

7.4. O pagamento será efetuado conforme fundamentos da FPA descritos abaixo:

7.4.1 Serviços realizados entre os dias 1º e 30º/31º de cada mês: Pagamento será no dia 20 do mês subsequente;

Forma de pagamento

7.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de dispensa de licitação por contratação com disputa pela adoção de critério de MENOR PREÇO.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. Habilitação jurídica

- a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.1) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) A entrega de: Alvará de Funcionamento e Localização, Alvará sanitário, Certidão de regularidade do Conselho de Classe, Certificado de regularidade do Ministério do Meio Ambiente, Licença ambiental estadual e Capacitação dos funcionários.
- i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.4. Qualificação Técnica

8.2.1.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.1.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) O Atestado de Capacidade Técnica deverá referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas, que se enquadrem com o objeto ou item a ser licitado pela Administração.
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação será informado no aviso de contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

10.2. Conforme alinhamento da despesa de 2025 foi estimado o valor da contratação para o ano de 2026 e elaborada a SC nº 070207 para reserva de crédito.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGIANE CARVALHO DE BARROS

Auxiliar Administrativo



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 17:42:22.

MATHEUS CAVALCANTI PADILHA

Coordenador de Manutenção Predial



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 17:45:27.

CINTIA INAMASU PEREIRA GIL BAPTISTA

Gerente de Facilities



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 17:16:27.